

## A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS

### THE WAR OF THE TRIPLE ALLIANCE AS A FIELD OF POSSIBILITY FOR THE DEVELOPMENT OF TOURISM IN CORUMBÁ-MS

DALVA MACIEL CORRÊA <sup>1</sup>  
MILTON AUGUSTO PASQUOTTO MARIANI <sup>2</sup>  
PAULO MARCOS ESSELIN <sup>3</sup>

Recebido em 22.09.2017

Aprovado em 05.06.2018

---

#### Resumo

Este artigo apresenta uma proposta de roteiro turístico para a cidade de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, tendo por temática as guerras que ocorreram na fronteira oeste desse estado, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de observação assistemática, o roteiro é composto por atrativos que evidenciam episódios daquele conflito. As práticas de turismo cultural, quando bem articuladas, podem ser utilizadas como alternativa de desenvolvimento econômico para uma região, além de promoverem a conservação do patrimônio histórico e cultural, uma vez que são essenciais para sua realização. Acredita-se que a implementação da proposta apresentada possibilitará o desenvolvimento da região como um todo.

**Palavras-chave:** Fronteira. Guerra da Tríplice Aliança. Roteiro Turístico. Turismo de Guerra.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestranda em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). Exerce atividades administrativas na UFMS. Brasil. E-mail: dalvamcorrea@gmail.com. Telefone para contato: (67) 3345-7098.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Curso de Graduação em Administração da Escola de Administração e Negócios (UFMS – ESAN). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). Brasil. E-mail: miltmari@terra.com.br. Telefone para contato: (67) 3345-3567.

<sup>3</sup> Doutor em História pelo Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS). Docente do Curso de Graduação em História do Câmpus de Aquidauana da UFMS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (UFMS – Câmpus do Pantanal). Brasil. E-mail: paulo.esselin@gmail.com. Telefone para contato: (67) 3345-2415.

## Abstract

This paper proposes a touristic itinerary for the city of Corumbá, in the state of Mato Grosso do Sul, having as theme the wars that happened in the western border of the state, focusing on the War of the Triple Alliance (1864-1870). Based on bibliographic and documentary research, in addition to unsystematic observation, the itinerary is composed of attractions that show episodes of the conflict. Cultural tourism practices, if well planned, can be used as a way to cause the economic development of a region, as well as promoting the conservation of historical and cultural heritage, which are essential for its execution. It is believed that the implementation of the proposal presented in this paper will enable the development of the region as a whole.

**Keywords:** Border. War of the Triple Alliance. Touristic Itinerary. War Tourism.

## 1. INTRODUÇÃO

Um conjunto de fatores, mas sobretudo a tentativa por parte do Império brasileiro de ter maior influência na região da Bacia Platina é que desencadeou a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). O conflito foi deflagrado com a invasão das tropas imperiais no Uruguai e com o bloqueio imposto pela marinha brasileira ao porto de Montevideu, com a justificativa de socorrer produtores sul-riograndenses que se diziam perseguidos pelas autoridades daquele país.

O Paraguai considerou a invasão do Uruguai como um *casus belli* e, por conta disso, precipitou a Guerra; em represália, apreendeu, em 1864, o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que fundeava em águas do rio Paraguai na região de Humaitá. O navio pertencia à Companhia Brasileira de Vapores, que fazia o transporte de cargas e de passageiros entre Montevideu e Corumbá e, naquela ocasião, trazia a bordo o presidente nomeado da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos. Com o aprisionamento do navio e de toda a sua tripulação e dos que nele viajavam, foi anunciado em novembro daquele ano (1864) o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai (BETHELL, 1995).

O desdobramento de uma disputa territorial litigiosa entre partidos políticos, que mais tarde se expandiu para a província argentina de Corrientes e para o Rio Grande do Sul, também contribuiu para o acirramento da tensão na região da Bacia do Prata. Era interesse do Império brasileiro manter, sem muitas alterações, a situação do Uruguai, e o fato de Solano López, presidente da República do Paraguai (1862-1870), desejar participar mais ativamente da política no Prata incomodava o governo brasileiro.

A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai buscou alcançar três objetivos. O primeiro deles foi o de obter a livre navegação do rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial da província do Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi o de buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani, de modo a ratificar pelo direito internacional a expansão territorial brasileira ocorrida desde o período colonial. Por último, um objetivo permanente do Império até seu fim em 1889, foi o de procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 471).

No tocante à província de Mato Grosso, a Guerra da Tríplice Aliança transformou-se em um divisor de águas no processo de ocupação da fronteira oeste do Brasil, promovendo mudanças em seu processo histórico, sobretudo no setor econômico, que passou a receber influência direta e decisiva da região do Prata. O fim da Guerra e a derrota da República do Paraguai favoreceram o Império brasileiro na demarcação das fronteiras como melhor lhe convinha (CORRÊA, 1999).

Pensando na importância desse conflito para a região de Corumbá, hoje situada no estado de Mato Grosso do Sul, a atividade turística pode ser uma ferramenta importante para auxiliar tanto na compreensão quanto na divulgação de fatos importantes para a História do Brasil e da região da Bacia do Prata.

Para Tavares (2002, p. 14), os roteiros turísticos “[...] são itinerários de visita organizados”. Nesse sentido, os roteiros devem contemplar turistas e a comunidade local, ganhando não somente importância didática, mas também contribuindo para o autoconhecimento do próprio local.

Um roteiro turístico pensado a partir de acontecimentos envolvendo a Guerra da Tríplice Aliança em Corumbá deve ser elaborado seguindo as etapas do resgate histórico dessa Guerra e a formação da fronteira oeste da então província de Mato Grosso com o Paraguai, o contexto sociocultural, o estudo da demanda real e potencial e a definição do roteiro de acordo com o que se tem como objetivos a serem alcançados. Dentre esses objetivos, destaca-se a difusão do patrimônio material e imaterial de Corumbá, ainda desconhecido do público, seja ele do próprio estado de Mato Grosso do Sul, seja do Brasil.

## 2. DISCUSSÕES CONCEITUAIS

### 2.1 A Guerra da Tríplice Aliança

O Meridiano de Tordesilhas, que separava o território lusitano do território espanhol, foi uma fronteira definida conceitualmente, porém não delimitada e demarcada. Nesse sentido, as fronteiras entre a América espanhola e a América portuguesa, no sul do Novo Mundo, eram imprecisas.

Segundo Magnoli (1997, p. 47), o Tratado de Tordesilhas (1494), do ponto de vista histórico, representava uma partilha prévia ao empreendimento colonial; do ponto de vista da sua lógica geográfica, representava uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância sobre território do Novo Mundo.

Além disso, existe uma outra justificativa para a imprecisão dos limites territoriais entre as possessões sul-americanas das duas coras ibéricas. Conforme relata Machado (2000), somente no século XVIII a relação entre limite e fronteira territorial foi desenvolvida na Europa. Até então, os limites das possessões, fossem reinos ou soberanias, eram, frequentemente, imprecisos. Foi no decorrer daquele século que se difundiu na Europa a noção de muro-fronteira ou de uma razão de Estado linear.

Em meio às discussões sobre os limites territoriais, as tentativas de demarcação das fronteiras do Brasil no período colonial foram formalizadas por meio da assinatura de tratados entre Portugal e Espanha: Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), este último praticamente confirmando o Tratado de Madri.

Apesar de representarem sucessivas formas de entendimento entre as coroas portuguesas e espanhola no que se refere à divisão de terras na América, os Tratados de Tordesilhas, de Madri e de Santo Ildefonso não forneciam elementos suficientes para estabelecer de forma definitiva os limites territoriais. Por mais que as coroas portuguesa e espanhola tentassem estabelecer seus domínios na América, a realidade era outra:

As linhas demarcatórias eram estabelecidas no 'além-mar' e, no 'aquém' era difícil delimitá-los. Não eram precisas, não havia interesse em obedecê-las. Pelas raias fronteiriças, bandeavam-se pessoas, animais, mercadorias e, dentre estas, escravos. Enquanto os governos coloniais estipulavam domínios, a população transitava sobre marcos e linhas imaginárias (REICHEL, 2003, p. 285).

As celeumas em torno do tema não foram resolvidas com a independência das ex-colônias na América do Sul no século XIX. O Império brasileiro, por exemplo, tinha interesses geopolíticos e econômicos na região da Bacia do Prata. Era pela navegação dos rios Paraná e Paraguai que a província do Mato Grosso mantinha contatos regulares com o resto do País, já que o caminho terrestre, difícil e demorado, não servia às necessidades de trânsito pelo Brasil. Era região do Prata que se encontravam as fronteiras dinâmicas do Brasil, onde havia intercâmbio comercial e humano, considerando que nas regiões norte e oeste praticamente inexistiam concentrações populacionais (DORATIOTO, 2002).

O Estado brasileiro, no final da década de 1840, ao contrário dos seus vizinhos do sul, já se definira como um regime monárquico e oligárquico-escravocrata. Construída a união interna, o Império pôde voltar-se para o Prata e estabelecer ali uma política de contenção de Buenos Aires. Ela consistia em apoiar as independências uruguaia e paraguaia e em aliar-se às facções políticas no rio da Prata, inclusive os federalistas dentro da Confederação Argentina. Os federalistas se opunham ao projeto político centralizador e expansionista pelo qual a burguesia de Buenos Aires buscava se apropriar dos excedentes gerados

pelas províncias do interior e criar um mercado nacional. O Brasil, inclusive, apoiou a oposição federalista na derrubada, em 1852, do ditador Juan Manuel de Rosas (DORATIOTO, 2002).

Já no Uruguai, o Império brasileiro respaldou, na guerra civil de 1838 a 1851, a facção política dos colorados, ligada a interesses comerciais e defensora da liberdade de comércio e de navegação, contra a dos *blancos*, composta principalmente por grandes proprietários de terras e vinculados a Buenos Aires.

Com relação ao Paraguai, desde a década de 1810 até o ano de 1840, ele foi governado por José Gaspar de Francia, que isolou o país como forma de manter sua independência ante as ambições expansionistas de Buenos Aires. Por sua posição estratégica, controlava a navegação do rio da Prata e podia, portanto, criar obstáculos às passagens que se originassem ou se dirigissem ao Paraguai, dificultando o acesso desse país às rotas do comércio internacional.

Com a morte de Francia, em 1840, o Império brasileiro aproximou-se do Paraguai, apesar da forte pressão diplomática em sentido contrário, exercida por Rosas, com quem o governo imperial manteve relações tensas durante praticamente toda aquela década. Rosas tentou, infrutiferamente, influenciar a opinião pública brasileira, procurando inserir artigos favoráveis aos interesses argentinos na imprensa do Rio de Janeiro.

Na questão fronteiriça, o Império brasileiro norteava-se pelo princípio do *uti possidetis*. Por ele, a posse de um território litigioso é definida em favor do país que o ocupe efetivamente, quer por seus agentes oficiais, quer pela presença de seus cidadãos. Tal critério beneficiava o Brasil que, graças ao expansionismo colonial português, tinha súditos ocupando territórios que, pelos acordos de século XVIII entre Portugal e Espanha, caberiam aos países vizinhos.

Embora o clima fosse de hostilidades entre os governos do Brasil e do Paraguai em relação às suas fronteiras, os cidadãos dos dois países continuavam mantendo contatos, desrespeitando as ordens de seus respectivos governos (ESSELIN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Oliveira (2005, p. 377),

[...] na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Assim, enquanto Paraguai e Brasil se desgastavam no sentido de definir suas fronteiras, os fazendeiros estabelecidos na parte meridional da província do Mato Grosso abriam novos acessos para melhorar suas relações comerciais e sociais (ESSELIN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012).

Embora na fronteira as relações entre brasileiros e paraguaios fossem de cordialidade, não se podia dizer o mesmo sobre os Estados, cujas relações se deterioravam rapidamente – o presidente paraguaio, Solano López, estava convencido de que a guerra era inevitável (ESSELIN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 92).

O primeiro ato de hostilidade da República do Paraguai contra o Império brasileiro aconteceu quando foi capturado o navio brasileiro Marquês de Olinda, que levava alguns oficiais e o presidente da província do Mato Grosso, o coronel Carneiro de Campos. O coronel e os oficiais foram feitos prisioneiros, provocando o protesto da representação brasileira em Assunção. Em resposta, o governo paraguaio entregou nota pela qual rompia as relações com o Império e proibia a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai. Na sequência, os paraguaios invadiram Mato Grosso, objetivando se impor numa guerra relâmpago que lhes permitiria negociar as pendências fronteiriças e comerciais em condições favoráveis (DORATIOTO, 2002).

Solano López tinha razões para crer na inferioridade militar do Império brasileiro em relação ao Paraguai. A negligência militar do governo imperial fez com que fossem enviadas para Mato Grosso, desde 1862, grandes quantidades de armas, munições e outros artefatos bélicos, sem que fossem acompanhados da tropa necessária para utilizá-los. Essa província se encontrava particularmente vulnerável, tendo em vista a insuficiência de efetivo militar capaz de defendê-la da possibilidade, considerada improvável pelas autoridades brasileiras, de ataques paraguaios. Enquanto isso, do lado paraguaio, a invasão de Mato Grosso foi bem

preparada, precedida desde 1862 pelo levantamento de informações por espões (DORATIOTO, 2002, p. 99).

A invasão paraguaia de 1864 avançou sobre Coimbra, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Coxim e boa parte dos Pantanaís da província de Mato Grosso. Provocou a desorganização das vilas e das fazendas de criação de gado bovino, saqueadas pelos paraguaios, que se serviram dos rebanhos encontrados para o abastecimento de seu contingente militar. Os habitantes dessa zona fronteira que não foram afetados de forma direta pela invasão sofreram as consequências do prolongamento da Guerra, padecendo pelo isolamento, pela carestia do abastecimento e por outras dificuldades. Houve aqueles que sofreram com o aprisionamento de suas famílias, levadas à força para Assunção, e com a ruína de seus negócios e de suas propriedades (ESSELIN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 93).

Com o final da Guerra da Tríplice Aliança, reestabelecida a navegação e iniciado o desenvolvimento do capital mercantil, da pecuária, da extração do mate, no extremo sul, e da borracha no norte da província de Mato Grosso, o fator fronteira não desapareceu das preocupações do Estado imperial em relação a essa província. Novos quartéis foram construídos em Corumbá, em São Luiz de Cáceres e em Cuiabá. O arsenal da marinha foi reforçado e transferido para Corumbá. Os investimentos aplicados nas reformas e nas ampliações das instalações militares ajudaram na arrecadação de impostos da cambaleante província, até que sua produção se restabelecesse após a desorganização que a Guerra provocou (DOMINGOS, 2009).

Após a Guerra da Tríplice Aliança, mesmo que a fronteira com o Paraguai fosse demarcada, os elementos sensíveis que caracterizam uma fronteira continuaram. No caso de Mato Grosso, o desenvolvimento econômico da Argentina após a Guerra realimentou as preocupações com a região, agora por parte dos militares, que não esqueceram o que havia ocorrido com aquela província durante a Guerra. Eles defendiam que uma estrada de ferro permitisse a ligação direta do centro do Império com Mato Grosso e toda a fronteira oeste, sem depender dos rios da região do Prata, controlado pela Argentina e pelo Paraguai.



Entre esses militares, estava o general Osório, destacado líder militar e político brasileiro (DOMINGOS, 2009).

A Guerra consolidou a formação dos estados nacionais na região do Prata: na Argentina, o país foi unificado e o poder foi centralizado na capital, Buenos Aires; a monarquia brasileira conheceu o seu apogeu e o início da decadência, com a abolição da escravidão e a proclamação da República; o Paraguai e o Uruguai se consolidaram como países satélites do Brasil e da Argentina.

## **2.2 Turismo urbano, turismo histórico-cultural e turismo de guerra**

O espaço urbano, de acordo com Castrogiovanni, não é construído para uma pessoa, mas para muitas, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, de interesses. A cidade deve ser vista como uma representação da condição humana, e essa representação se manifesta por meio da arquitetura e da ordenação dos seus elementos. Olhar para as cidades é um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama urbano. A cidade é uma construção física e imaginária, compreende um lugar e faz parte do todo geográfico. O tecido urbano é dinâmico e está inserido no processo histórico de uma sociedade (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 23).

A cidade é o que é visto, porém, mais ainda, é o que pode ser sentido. Os visitantes de uma cidade podem ter uma leitura muito tênue daquilo que um determinado espaço urbano pode significar em termos de prazer cotidiano para os habitantes fixos.

O fenômeno urbano está vinculado à história moderna. A cidade é um mundo de representações; ela é viva, possuindo a sua própria identidade e apresentando um dinamismo de relações que se alteram ao ritmo de diferentes circunstâncias. Além disso, a cidade deve ser vista como um bem cultural (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 25-31).



Para Gastal (2002, p.77),

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

O turismo cultural, da forma como o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos no espaço das cidades, mas também a existência e a preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos. A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2001).

A história regional representa uma ponte para o incremento da relação entre, por exemplo, os museus e o turismo, mas não só as cidades coloniais, dotadas de um patrimônio arquitetônico histórico, estariam propensas ao desenvolvimento do turismo cultural. É possível pensar em outros contextos turísticos – praias, regiões vinícolas, áreas de florestas – onde a ida a um museu seria mais uma das atividades do visitante interessado no passado do local (GOMES, 2009).

Com sua diversidade de paisagens e situações de vida urbana, a cidade pode ser foco da atenção dos visitantes, como por exemplo, no desenho de uma calçada ou no simples movimento de pessoas em uma praça. Essas e outras atividades típicas de uma cidade podem reter a atenção do visitante, levando-o a escolher suas experiências pela cidade (ALLIS, 2014).

O turismo urbano é definido em função das motivações dos visitantes, assim como das formas e dos atributos das cidades que atraem os consumidores.

As principais características de análise são a variedade e a diversidade de facilidades e atrativos que o visitante encontra nas cidades, convenientemente localizadas para atender às demandas dos turistas e dos moradores (ALLIS 2012, p. 50).

Conforme Hayllar, Griffin e Edwards (2011, p.3),

As áreas urbanas oferecem cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver. No entanto, são cenas que são compartilhadas, pelos turistas, com outras pessoas que são a maioria – a estética e a cultura da cidade e seus residentes é que saúdam o visitante.

Seguindo nessa orientação, entende-se que a atividade turística no meio urbano não acontece somente por aquilo que se vê, mas também pela vivência e pela experiência provadas pelo turista. O turismo urbano é considerado um tema complexo, visto que depende de múltiplos fatores, passando por constantes modificações relacionadas à globalização. Conforme Castrogiovanni (2013, p. 382),

As mudanças urbanas invadem e provocam invasões, nem sempre benéficas aos interesses das políticas turísticas, mas que se traduzem em novos signos de identidade. Nasce um tecer que não é mais o que era e ao mesmo tempo está longe de ser o que será no futuro, que parece ser cada vez mais globalizado. Assim, o local se constitui numa solicitação da globalização, pois as redes de comunicação aceleram as relações entre os diversos e diferentes lugares, possibilitando ao lugar apresentar-se de forma transnacional.

Segundo o Ministério do Turismo brasileiro (2010), a atividade de turismo cultural está relacionada diretamente ao turismo cívico, que ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, fatos, observação ou participação em eventos cívicos que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinados locais. Esse tipo de turismo abrange elementos do passado e do presente relacionados à pátria, fatos, acontecimentos, monumentos e feitos políticos e históricos.

A preservação ativa de um bem patrimonial pode servir a eventos culturais, como exposições, seminários escolares, entre outros. Dessa forma, o bem patrimonial deve ser encarado como uma situação integrada e ativa no quadro econômico-financeiro local, regional e mesmo nacional, possuindo um uso efetivo, inserindo-se nesse contexto o interesse turístico, tanto direta quanto indiretamente (PELLEGRINI 1993, p. 109).

Segundo Pellegrini (1993), pertencer a uma identidade cultural significa ser diferente dos comportamentos globais. Por isso, patrimônios culturais intangíveis como as formas de manifestações linguísticas, de relacionamento, de trabalho com a terra, os diversos tipos de culinária e passos de danças tornaram-se patrimônios da cultura e demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura brasileira.

O patrimônio cultural, de acordo com Carvalho (2010, p.17),

Diz respeito à construção física do espaço urbano, constituída pelos prédios, monumentos, edificações, acervos arquitetônicos, os quais são edificadas em um determinado tempo e espaço. E diz respeito também à dimensão simbólica das diversas formas de agir, sentir e viver dos grupos sociais enquanto membros de uma comunidade, por meio dos ofícios e manifestações populares tradicionais, da gastronomia, das artes populares, do artesanato, os quais estabelecem processos de identificação e vinculação comunitária em relação a uma dada cultura.

Segundo Carvalho (2010), o turismo cultural é possível a partir do deslocamento turístico para lugares que possuem elementos culturais e/ou históricos. Normalmente, nesses lugares diversos monumentos, complexos arquitetônicos e outros símbolos de natureza histórica são preservados. Sua importância se dá pela interação com o grupo que habita a localidade turística, procurando aproximar-se com a realidade e dela extrair elementos que possibilitem a compreensão em relação à construção do espaço visitado.

Verifica-se que o turismo relacionado à guerra pode ser considerado parte integrante do turismo cultural, pois, ao praticá-lo, é possível aprender sobre temas e lugares por vezes mundialmente conhecidos, visitando monumentos, construções e acervos relacionados à história de um país, estado, município ou nação, em áreas que no passado foram palcos de batalhas e que abrigam patrimônios históricos de reconhecida importância (PIRES; AMORIM, 2010).

Diante da importância de se explorar mais a fundo tal temática, fez-se necessário investigar o segmento do turismo de guerra. Remontando a história de um país ou de uma região, o turismo de guerra apresenta-se como uma nova perspectiva de desenvolvimento, inclusive no Brasil (FRAGA, 2002).

Na Europa, esse segmento do turismo é bastante explorado. Por exemplo, próximo da Eurodisney, nos arredores de Paris, a França abriu sua mais nova

atração turística: um museu totalmente dedicado à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O país que mais recebe turistas no mundo vem percebendo que, além da Torre Eiffel e do Museu do Louvre, os visitantes se interessam, e muito, pelo seu passado de confrontos sangrentos. A seu tempo, o governo de Nicolas Sarkozy já investiu na potencialização desse nicho de mercado, antevendo dois importantes marcos históricos: o centenário do início da Primeira Grande Guerra (1914) e os 70 anos do Dia D, ocorrido em 6 de junho de 1944, quando as tropas aliadas iniciaram o desalojamento dos alemães da Normandia. O *boom* desse segmento turístico ocorre também em outros países europeus: o campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, por exemplo, bate recordes de visitação, com cerca de 1,5 milhão de pessoas visitando o local anualmente (ALECRIM, 2012).

Nessa perspectiva, o segmento do Turismo de Guerra surge como uma oportunidade de fazer com que o visitante possa conhecer lugares marcados pela ocorrência de conflitos internos e revoltas populares e que preservam expressões e fragmentos desses episódios, por meio de museus, mausoléus, cemitérios, sítios arqueológico, entre outras lembranças (FRAGA, 2002).

Com relação ao segmento do turismo de guerra no Brasil, ele ainda está começando. Uma das primeiras iniciativas brasileiras dessa modalidade foi idealizada por Nilson Cesar Fraga, por meio da criação do NPTG (Núcleo de Pesquisa em Turismo de Guerra) do Curso de Graduação em Turismo das Faculdades Integradas Curitiba (FIC). Juntamente com um grupo de alunos, Fraga discutiu e elaborou o primeiro roteiro de turismo de guerra do Brasil, na Região do Contestado, localizada nos atuais limites dos estados de Santa Catarina e Paraná, palco de uma revolta de mesmo nome ocorrida entre os anos de 1912 e 1916 (HOBAL; MEDEIROS; FRAGA, 2009).

Também há o exemplo do projeto de instalação do roteiro turístico da Guerra de Canudos, ocorrida no fim do século XIX, em Monte Santo, onde viveu Antônio Conselheiro, no sertão baiano, que está em fase de implantação por um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (NORDESTURISMO, 2011).

### 2.3 Roteiro turístico: definições e conceitos

De acordo com Souza e Corrêa (2000, p. 130), roteiro turístico é “[...] o itinerário escolhido pelo turista. Pode ser organizado por agência, ou seja, um roteiro programado, ou pode ser criado pelo próprio turista (roteiro espontâneo)”. Os autores relacionam roteiro a itinerário, ou caminho organizado.

Para Bahl (2004, p. 31),

[...] um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. O roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

Ainda de acordo Bahl (2004), os roteiros possuem uma lógica que direciona e orienta uma combinação de atividades e de serviços que visam a atender os interesses dos mais diversos públicos. Além disso, um roteiro tem como prioridade a valorização dos aspectos culturais e naturais da localidade visitada, associada a um conjunto de serviços prestados com alto grau de qualidade, pois a finalidade maior de um roteiro turístico é tornar-se uma ferramenta facilitadora de divulgação, promoção e venda de um destino.

A criação de roteiros turísticos é determinada por fatores motivacionais, o que permite apresentar um leque de oportunidades de introdução de novos roteiros, o que de acordo com Bahl (2004, p. 42), faz surgir

[...]um universo muito amplo de possibilidades para a criação e inserção de novos produtos no mercado, baseados em roteiros turísticos, evidenciando a necessidade de adequação das localidades receptoras em prol do melhor aproveitamento e adequação dos seus atrativos.

O retorno está na procura e no consumo do roteiro proposto:

[...] a chegada de turistas é o indicativo mais seguro para que os centros receptores se preparem e busquem o aumento do fluxo, ocasionando a expansão de serviços, aumento de arrecadação e crescimento calculado e, por isso, justifiquem a importância das viagens e dos roteiros (BAHL, 2004, p. 160).

De acordo com tais aspectos, percebe-se que a atividade turística depende dos roteiros e estes, por sua vez, dependem da oferta dos serviços turísticos,

ambos fundamentados no fator motivacional que impulsiona o deslocamento dos indivíduos.

O conceito mais atual de roteiro turístico é o do Ministério do Turismo (2007, p. 13): é “[...] um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa, para Minayo (2003, p. 16-18), é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria, tratando basicamente do conjunto de técnicas a ser adotadas para representar uma realidade. A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua percepção da realidade.

Godoy (1995, p. 58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa e que embasaram a escrita deste artigo:

[A pesquisa] considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo na constituição de um conjunto de investigação, representando uma técnica que traz diferentes contribuições, entre as quais, ajudar o pesquisador a ampliar seus projetos, lançando mão das teorias necessárias para o entendimento e a compreensão dos elementos estudados. Em qualquer situação de pesquisa, independente do campo de estudo, há a exigência de uma pesquisa bibliográfica prévia, seja de forma exploratória, seja para justificar os objetivos e as contribuições para a própria pesquisa (RUIZ, 2002).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002). Esse ganho torna-se importante quando o problema de estudo requer informações dispersas em uma determinada dimensão ou nos estudos históricos.

Para Marconi e Lakatos (1999), existem vários tipos de fontes bibliográficas: livros e periódicos científicos, sendo também empregados jornais e revistas, desde que o conteúdo seja relevante para a pesquisa e que sua autenticidade e veracidade sejam comprovadas.

A primeira fase da pesquisa, de caráter bibliográfico, ora discutida serviu de base para as visitas orientadas aos locais pré-selecionados, a fim de compor o rol de atrativos da proposta de roteiro turístico. A etapa seguinte referiu-se ao teste do roteiro, com o intuito de simular a realização do programa estabelecido e perceber a integração dos atrativos com a temática central. Essas ações foram responsáveis pelo planejamento e pela idealização da proposta, sinalizando algumas alterações pertinentes para a melhor elaboração e os resultados satisfatórios.

#### **4. POTENCIAL PARA O SEGMENTO DE TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL E DE GUERRA EM CORUMBÁ - MS**

Segundo Oliva (2014), Corumbá, cidade situada no estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia, possui uma diversificada oferta turística, apoiada substancialmente em um calendário oficial de eventos, sendo os já consolidados, segundo informações da Fundação de Turismo: o Carnaval, o Festival América do Sul e o Banho de São João. Esses três eventos são assim considerados por já possuírem um período predefinido para acontecer, tendo cada um deles finalidade específica. Entretanto, Corumbá possui elementos



histórico-culturais que podem ser mais e melhor trabalhados, ampliando suas possibilidades enquanto destino turístico.

#### **4.1 Proposta do roteiro turístico**

A proposta de roteiro turístico local possui temática de guerra, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança. Os atrativos selecionados estão descritos abaixo e o trajeto para visitá-los na ordem aqui indicada tem aproximadamente 1,2 km de percurso.

#### **4.2 Museu da História do Pantanal (MUPHAN), situado na Rua Manoel Cavassa, 275, Centro, com entrada gratuita**

Criado pelo professor Carlos Etchevarne, o Museu está localizado no Porto Geral da cidade fronteira de Corumbá. O museu está instalado no Edifício Comercial Wanderley, Baís & Cia., uma construção histórica que tem um importante valor arquitetônico para o estado e para o País.

O prédio, construído em 1876, se destaca pela sua arquitetura e estrutura. O piso e a escada de ferro, com desenhos exóticos, vieram da Inglaterra. Funcionou como um dos principais armazéns do Porto Geral e foi sede da 14ª agência do Banco do Brasil, instalada em Corumbá em 1916. O prédio foi reformado em 2006 pelo Programa Monumenta.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> “O Programa Monumenta foi concebido no final da década de 1990, com o objetivo de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão-de-obra. Busca gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais” (DIOGO, 2009).

No Museu estão expostos objetos que contam a história da região do Pantanal, desde a pré-história – com peças arqueológicas –, passando pela conquista espanhola, a dominação portuguesa com os bandeirantes, a chegada das monções, as etnias como os paiaguás e guaicurus, a chegada da estrada de ferro, a Guerra da Tríplice Aliança e a reocupação do território brasileiro.



Figura 1 - MUFHAN.  
 Fonte: A autora (2017).

### 4.3 Ladeira Cunha e Cruz

Conhecida também como Ladeira da Candelária, por ficar situar-se em frente à Matriz Nossa Senhora da Candelária, ou como Ladeira da Saúde, por abrigar um posto de saúde pública, ou ainda Ladeira da Capitania, pois na esquina com a Rua Delamare está a Capitania dos Portos de Corumbá, a Ladeira Cunha e Cruz é um dos principais acessos ao Porto Geral e ao rio Paraguai. A denominação oficial homenageia um capitão da tropa brasileira que derrotou o

exército inimigo na retomada de Corumbá durante a Guerra da Tríplice Aliança, quando a cidade foi invadida pelos paraguaios.

No local, travou-se uma sangrenta batalha, em 13 de junho de 1867. Hoje, a Ladeira é conhecida por ser palco principal do Arraial do Banho do São João, na noite de 23 para 24 de junho. Por ela descem as procissões para banhar a imagem do santo no rio, uma característica única das festas juninas na região.



Figura 2 - Ladeira Cunha e Cruz.  
Fonte: A autora (2017).

#### **4.4 Praça da República, situada na Rua Delamare, Centro, entre as ruas Antônio Maria e Antônio João**

O local onde foi travada a batalha da retomada de Corumbá na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 13 de junho de 1867, tornou-se a Praça da República, que possui uma réplica do obelisco construído por Ramsés II em 4000 a.C. na Praça da Concórdia, em Paris. O obelisco foi construído em homenagem aos heróis da Guerra da Tríplice Aliança. No século XX, a praça foi uma fortificação militar, com capela e residência das pessoas que habitavam a então

Vila de Albuquerque Nova (primeira denominação de Corumbá). Funcionou também como uma freguesia antes de ser construída, em 1924.



Figura 3 - Praça da República.  
Fonte: A autora (2017).

#### **4.5 Instituto Luiz de Albuquerque (ILA), situado na Praça da República, 119, Centro, com entrada gratuita**

O Instituto Cultural Luiz de Albuquerque, mais conhecido como ILA, é um centro cultural localizado em Corumbá. Construído entre 1918 e 1922 pelo Dr. Miguel Carmo de Oliveira (engenheiro) e por José Antônio Marinho (construtor), sempre foi destinado à educação, abrigando um grupo escolar. A partir de 1980, passou a ser administrado pelo estado de Mato Grosso do Sul e em 1984 recebeu o nome atual. Em 1998 foi entregue à Administração Municipal. No ILA, é possível encontrar animais empalhados, peças de várias tribos indígenas da região,

sessões de artes plásticas e de artesanato em couro e barro, utensílios usados nas fazendas centenárias, objetos pessoais dos primeiros desbravadores do Pantanal e do Marechal Cândido Rondon. A espada que pertenceu a Antônio Maria Coelho, herói da retomada de Corumbá durante a Guerra da Tríplice Aliança, faz parte do acervo do ILA.



Figura 4 - Instituto Luiz de Albuquerque (ILA).  
 Fonte: A autora (2017).

#### **4.6 Praça da Independência, situada no cruzamento da Avenida General Rondon com a Rua Quinze de Novembro, Centro**

Localizada no centro da cidade, a Praça da Independência já foi um zoológico. Apenas outras três praças, duas no Brasil e uma na Alemanha, possuem seu estilo de construção. Originariamente toda murada, em mármore e com portões de ferro, foi inaugurada em 1917. O coreto, em forma octogonal, foi importado da Alemanha, de onde também veio o mosaico do calçamento da parte externa.

A Praça tem quatro esculturas, representando as estações do ano, que foram esculpidas em Pisa (Itália) em pedra de mármore de Carrara, doadas por um conde italiano que veio caçar no Pantanal. Nela, os corumbaenses reverenciam os heróis da Guerra da Tríplice, como o tenente-coronel Antônio Maria Coelho, que expulsou os invasores paraguaios, retomando Corumbá.



Figura 5 - Praça da Independência.  
Fonte: A autora (2017).



## 4.7 Mapa com o trajeto do roteiro proposto



① Museu da História do Pantanal



② Ladeira Cunha e Cruz



③ Praça da República



④ ILA - Instituto Luiz de Albuquerque



⑤ Praça da Independência

### Legenda

- ① - Atrativos
- Percursos entre os Atrativos

Organização: Dalva Máciel Correa, 2017.

Fotos: Autora.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões conceituais, foi elaborada uma proposta de roteiro turístico local, com a temática da Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul, especificamente na cidade de Corumbá. A proposta está em consonância com Pires e Amorim (2009), para quem o segmento do turismo de guerra é parte integrante do turismo cultural, explorando a história de lugares mundialmente conhecidos, valorizando e preservando o patrimônio histórico-cultural, além de contribuir para a conservação da memória e identidade coletivas.

Da perspectiva dos moradores, é possível afirmar que eles poderão aprender mais sobre o passado e valorizar o que possuem no presente. No contexto do planejamento turístico, tratar de um tema como esse significa dar espaço a novas propostas de divulgação da cidade vinculada a uma temática ainda pouco explorada no Brasil.

Espera-se despertar a atenção dos moradores e de um público consumidor formado por turistas contemporâneos, mais exigentes, informados, atualizados e interessados em experiências culturais.

## 6. REFERÊNCIAS

ALLIS, Thiago. *Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ALLIS, Thiago. Viajantes, visitantes, turistas. Em busca de conceitos em um mundo urbano. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, 14, supl. 1, p. 87-96, 2014. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo.

BAHL, Miguel. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Protexoto, 2004.

BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: história e historiografia. In: MARQUES, Eduarda Castro Magalhães (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteiros Brasil*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <



[http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao\\_turismo.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao_turismo.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: \_\_\_\_\_. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Turismo, Organização e Reconstrução do Espaço Urbano Contemporâneo. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 3, p. 381-389, 2013.

CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e sustentabilidade dos espaços urbanos: reflexões para o planejamento do turismo cultural. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto; VOISIN, Jane (Orgs.). *Expressões culturais, literatura e turismo: estudos sobre memória, identidade e patrimônio cultural*. Ilhéus: Editus, 2011.

\_\_\_\_\_. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, UESC, Ilhéus, ano 4, n. 01, p. 1-17, jan. 2010.

CORREIA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

DIOGO, Érica (Org.). *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília, DF: Iphan; Programa Monumenta, 2009.

DOMINGOS, Sávio da Garcia. *Território e Negócios na “Era dos Impérios”*: os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *Fronteiras esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco Inicial – Guerra do Contestado (1912-1916). *Revista PerCurso – Curitiba em Turismo*, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 43-76, 2002.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: \_\_\_\_\_. *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995.

GOMES, C. A construção social de um destino turístico: Coimbra, cidade e imaginário. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Lisboa: APS, p.1, 2009.

HAYLLAR, B; GRIFFIN, T; EDWARDS, D; ALDRIGUI, M. *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOBAL, M. A.; MEDEIROS, W. R.; FRAGA, N. C. *Análise da percepção do turismo de guerra: uma viagem à luz daqueles que o percorreram*. Observatório Geográfico da América Latina, 2009.

ISTOE Independente. *Turismo de Guerra: locais onde ocorreram confrontos sangrentos atraem visitantes interessados em experiências que aliem lazer e cultura*. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/185632\\_TURISMO+DE+GUERRA](http://www.istoe.com.br/reportagens/185632_TURISMO+DE+GUERRA)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVA, Elisângela Sienna da Costa. *Estudo sobre a demanda hoteleira em Corumbá – MS: uma análise em períodos de eventos turísticos*. Corumbá, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Câmpus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

PIRES, M. J.; AMORIM, M. M. II Guerra Mundial e o Turismo: A utilização dos remanescentes da II Guerra Mundial para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2010-2. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.02\\_Mariana\\_e\\_MJPires.pdf](http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.02_Mariana_e_MJPires.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

REICHEL, Heloísa Jochims. Personagens fronteiriços em tempos de guerra: a região platina (1811-1820). In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Orgs.). São Paulo: Ed. da UNESP; Olho D'água, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Lia Osório. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 8, p. 9-29, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. da UNESP; Moderna, 1997. (Biblioteca Básica).

NORDESTE TURISMO. *Roteiro turístico refaz caminho da guerra de canudos*. 2011. Disponível em: < <http://www.nordesturismo.com.br/noticias/roteiro-turistico-refaz-caminhos-da-guerra-de-canudos/> >. Acesso em: 6 jan. 2017.

TAVARES, Adriana de Menezes. *City tour*. São Paulo: Aleph, 2002.